

BOLETIM 573

Brasília, 22 de maio de 2018

Centrais Sindicais lançam em junho agenda em defesa dos trabalhadores

“Uma agenda para o Brasil e que defenda os direitos e interesses da classe trabalhadora”, resumiu o presidente nacional da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, ao apontar os objetivos do lançamento de uma ‘Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora 2018’, proposta aprovada no Fórum das Centrais que será lançada no próximo dia 5 de junho, às 15h, na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

O documento, que é uma ação conjunta das Centrais Sindicais (CTB, CSB, CUT, Nova Central, Força Sindical, UGT e Intersindical) em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), contém 20 pontos sobre os desafios do Brasil de hoje, sobretudo após a agenda regressiva implementado por Michel Temer em 2 anos de gestão ilegítima.

“Voltamos 20 anos em 2 e a proposta do documento é apresentar as propostas da classe trabalhadora para a próxima etapa da luta. Com esse documento, o Fórum das Centrais ratificam que não aceitará nenhum projeto que não esteja comprometido com um projeto de país que tenha como centro a retomada do crescimento, com geração de emprego, valorização do trabalho e distribuição de renda”, ressaltou Adilson.



Ele indicou que o documento também será lançado no Congresso Nacional. “Faremos um corpo a corpo com os parlamentares em torno desta nova agenda”, emendou.

Agenda prioritária da Classe Trabalhadora 2018
Lançamento: 5 de junho, às 15h na Câmara dos Vereadores de São Paulo

Fonte: Portal Vermelho

Ciro critica Bolsonaro, diz que vai revogar medidas de Temer e sinaliza diálogo com tucanos

O pré-candidato à Presidência da República, **Ciro Gomes**, afirmou, em sabatina promovida pelo jornal Folha de S. Paulo, portal UOL e pelo SBT, que irá revogar as duas principais medidas aprovadas pelo governo de Michel Temer (MDB) se for eleito.

Segundo o presidenciável do PDT, que tem 9% das intenções de voto na última pesquisa Datafolha sem o nome de Lula, o teto de gastos e



a reforma trabalhista serão revogados se ele for eleito.

Ciro também afirmou torcer para que o segundo turno seja entre ele e o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ). “Gostaria muito de enfrentá-lo, me parece o candidato menos difícil de ser derrotado”, disse. Para ele, Bolsonaro é fascista e tem propostas “toscas” para o Brasil. Após a sabatina, o governador afirmou também que se vê disputando o segundo turno contra Geraldo Alckmin, presidenciável do PSDB. Para ele, a disputa com o tucano seria mais desafiadora que com Bolsonaro, “um extremista fascistoide”.

Ciro também despistou sobre quem seria seu vice. Os três principais nomes são o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), o ex-prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda e o empresário Josué Alencar (PR), filho do vice-presidente de Lula, José Alencar (1931-2011). Ele admitiu uma conversa com o empresário e afirmou que seu vice ideal seria alguém do Sudeste e ligado à produção.

“Dia seguinte” - O governador afirmou que pretende ter “porta aberta” para dialogar com o PSDB após as eleições e que é preciso pensar na governabilidade, mesmo vendo o partido como “antipobre e antipovo”.

Mesmo assim, o governador criticou o presidencialismo de coalizão. Ao ser questionado como governar sem apoio da maioria do Congresso, o petetista disse que saberá negociar e que os seis primeiros meses de um possível governo comandado por ele seriam dedicados à reforma fiscal e política.

O presidenciável também afirmou que tentará cumprir o máximo de suas promessas com negociação.

Fonte: Congresso em Foco

Bolsonaro: "é melhor menos direitos que perder emprego"

Em discurso sobre a conjuntura política e econômica brasileira na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL) foi efusivamente aplaudido ao defender a reforma trabalhista nesta segunda-feira (21). Segundo ele, “flexibilização” das leis trabalhistas é uma forma de reduzir o desemprego.

Bolsonaro, que afirmou que pretende, se eleito, estimular o crescimento da economia por meio de privatizações, tentou explicar a frase dita em uma entrevista quando questionado sobre suas propostas econômicas. “Quando eu disse que não entendia de economia, foi por humildade”, disse.

Fonte: Portal Vermelho

Comissão realiza debate sobre setor produtivo

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços realiza na quarta-feira (23) audiência pública para debater “setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização”.

O debate foi solicitado pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA). “São amplos os campos temáticos que merecem atenção desta comissão e que podem fomentar debates, desde o desenvolvimento do setor produtivo ao papel do Estado na indução da economia, passando pela conjuntura e estrutura da indústria brasileira e mundial, o financiamento necessário do desenvolvimento econômico, os desafios no âmbito do mercado de trabalho, a política externa e a inserção internacional”, afirma o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara



Índice de confiança da indústria recua em maio pela segunda vez

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu para 55,5 pontos em maio, na segunda redução consecutiva. O indicador ficou 1,2 ponto inferior ao de abril, conforme a pesquisa divulgada nesta segunda-feira (21) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Icei varia de zero a cem pontos. Quando está acima de 50 pontos, reflete confiança dos empresários.

"As duas quedas consecutivas, de abril e maio, interrompem uma sequência de oito meses de crescimento, ou pelo menos de estabilidade, do Icei", diz a pesquisa.

De acordo com a CNI, a queda do Icei neste mês é resultado tanto do recuo da confiança sobre as condições correntes e as expectativas para os próximos seis meses em relação ao desempenho das empresas e da economia. O índice de condições atuais caiu para 50,1 pontos e ficou em cima da linha divisória dos 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança. O índice de expectativa, por sua vez, recuou para

58,2 pontos, mas, como segue acima dos 50 pontos, aponta manutenção da confiança dos industriais para os próximos seis meses, acrescentou a confederação.

O Icei é um indicador ajuda a entender as tendências da indústria e da economia. Empresários confiantes tendem a ampliar a produção e os investimentos, o que estimula o crescimento da economia. Esta edição da pesquisa foi feita entre 2 e 14 de maio, com 2.673 empresas, das quais 1.065 são pequenas, 1.000 são médias e 608 são de grande porte.

Fonte: Agência Brasil

DECISÃO: Falta de depósito na conta do trabalhador vinculada ao FGTS não é óbice para que MTE realize homologações rescisórias

A 5ª Turma do TRF 1ª Região determinou que o chefe da Agência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de Barbacena (MG) se abstenha de apresentar recusa, fora das hipóteses previstas em lei ou atos normativos, à homologação de futuras rescisões contratuais envolvendo a empresa Lactalis do Brasil, autora da presente ação. A decisão confirma sentença do Juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de São João Del Rei (MG) no mesmo sentido.

Na apelação, a União federal sustentou que, por determinação legal, as homologações das rescisões trabalhistas dependem de depósito na conta do trabalhador vinculada ao Fundo de



Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Alegou também violação aos princípios da legalidade e da moralidade.

Para o relator, desembargador federal Souza Prudente, não há razão alguma para o MTE não realizar as homologações rescisórias de empregados da empresa autora, “tendo em vista que inexistente óbice legal à homologação sem o respectivo depósito perante o FGTS, na medida em que a eficácia liberatória da quitação das verbas rescisórias se refere tão somente às parcelas discriminadas no termo rescisório, sendo que os valores fundiários pendentes podem ser ressalvados, para fins de futura cobrança”.

A decisão foi unânime.

Fonte: TRF1

Salário mínimo mesmo para trabalho intermitente

O Projeto de Lei 303/2018, apresentado pelo deputado Geraldo Cruz (PT), garante que em São Paulo nenhum trabalhador receba menos que um salário mínimo estadual, mesmo que venha a ser contratado pelo sistema de trabalho intermitente, criado por lei federal de 2017 que usurpou direitos básicos dos trabalhadores brasileiros após o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff.

No Estado de São Paulo, a lei que regula os pisos salariais mensais dos trabalhadores é atualizada ano a ano. Agora em 2018 está em vigor a Lei 16.665, aprovada em janeiro, que estabelece como menor valor a ser pago aos empregados R\$ 1.108,38. Outra faixa prevê salários de R\$ 1.127,23.

Para Geraldo Cruz, o grande problema criado com a entrada em vigor da lei federal que permite o trabalho intermitente "é que muitos homens e mulheres podem acabar recebendo, por mês, menos que um salário mínimo, e isso é um absurdo, pois o mínimo foi concebido para atender às necessidades básicas de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social".

"Se uma pessoa receber menos que o mínimo, que garante apenas o básico para cada família, como será possível manter minimamente uma família?", questiona o parlamentar.

O projeto a partir de agora será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da qual o deputado é membro integrante.

Fonte: Jusbrasil

Ministério do Trabalho não precisa esperar depósito do FGTS para homologar rescisão

O Ministério do Trabalho não precisa esperar o depósito na conta vinculada ao FGTS do trabalhador para fazer as homologações rescisórias. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou, por unanimidade, que o chefe da agência do Ministério do Trabalho e Emprego de Barbacena (MG) se abstenha de apresentar recusa, fora das hipóteses previstas em lei ou atos normativos, à homologação de futuras rescisões contratuais envolvendo uma empresa.

Na apelação, a União sustentou que, por determinação legal, as homologações das

rescisões trabalhistas dependem de depósito na conta do trabalhador vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Alegou também violação aos princípios da legalidade e da moralidade.

Para o relator, desembargador federal Souza Prudente, não há razão alguma para o Ministério do Trabalho não fazer as homologações rescisórias de empregados da empresa autora, “tendo em vista que inexiste óbice legal à homologação sem o respectivo depósito perante o FGTS, na medida em que a eficácia liberatória da quitação das verbas rescisórias se refere tão somente às parcelas discriminadas no termo rescisório, sendo que os valores fundiários pendentes podem ser ressalvados, para fins de futura cobrança”. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-1.

Processo 0009567-74.2016.4.01.3801/MG

Fonte: Consultor Jurídico

CAS pode votar proibição de juros maiores para aposentados

Pode ser votado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado na quarta-feira (23) projeto que proíbe a cobrança de juros mais altos nos empréstimos com desconto na folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS em comparação aos pagos pelos trabalhadores da ativa. Na mesma reunião, a comissão deve sabatinar Rogério Scarabel Barbosa, indicado para o cargo de diretor na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). De acordo com o senador Paulo Paim (PT-RS),



autor do PLS 565/2007, as taxas de juros e tarifas cobradas aos trabalhadores da ativa são normalmente disciplinadas por convênios, que possibilitam condições financeiras mais favoráveis do que as impostas a aposentados e pensionistas. Para ele, cobrança de taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas caracteriza discriminação contra os idosos, o que é infração prevista no Estatuto do Idoso.

No relatório pela aprovação do texto, a senadora Rose de Freitas (Pode-ES) diz considerar que a medida é necessária, “principalmente porque os aposentados não dispõem de estrutura de defesa sindical”. Quando negociam com as financeiras o fazem solitariamente, sem informações claras sobre as taxas, os cálculos e os juros aplicados, destacou.

A senadora citou argumentos de críticos do projeto, que apontam um risco maior de inadimplência entre os aposentados, que teriam mais possibilidade de morrer no decorrer do tempo de pagamento. Ela afirmou, no entanto, que os lucros dos bancos não param de crescer, mesmo com a redução das taxas fixadas pelo Banco Central. Para a senadora, o tratamento igualitário, entre aposentados e conveniados da iniciativa privada, representará uma redução pequena nesses lucros.

Fonte: Agência Senado



Comissão analisa projeto que estabelece isenção de carência em planos de saúde

Beneficiários de planos de saúde poderão ficar isentos do cumprimento dos prazos de carência nos casos de urgência e emergência. É o que estabelece projeto que poderá ser votado na quarta-feira (23) pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). A proposta (PLS 502/2017) ainda reduz para 120 dias o período de carência para as internações hospitalares. A reunião terá início às 11h na sala 2 da ala Nilo Coelho.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) é a autora do projeto, que altera a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/1998) para facilitar o atendimento de urgência e emergência e as internações hospitalares. Atualmente, a legislação estabelece prazos máximos de carência de 24 horas para atendimentos de urgência e emergência; 300 dias para parto a termo; e 180 dias para cirurgias.

O senador Elmano Férrer (Pode-PI) apresentou voto pela aprovação da proposta, a ser analisado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS